



AUDIÊNCIA PÚBLICA
3º. QUADRIMESTRE DE 2018

Desempenho Orçamentário

Parágrafo 4º. Artigo 9º. Lei
LRF101/2000

Artigo 180 – Lei Orgânica
Municipal

Controle Interno

EXERCÍCIO 2018

SUMÁRIO

Quadro I – Comparativo das Metas Bimestrais de Arrecadação	02
Tabelas I : Execução Orçamentária – setembro a dezembro 2017 e 2018	03
Tabela II: Execução orçamentária – janeiro a dezembro 2017 e 2018	04
Tabela III: Composição das Receitas Arrecadadas – setembro a dezembro de 2018	05
Tabela IV: Despesas por função de Governo – setembro a dezembro 2018	06
Tabela V: Demonstrativo da Execução da Despesa p/ cat. Econômica e descrição – setembro a dezembro 2018	07
Tabela VI: Gastos com a Educação – acumulados até dezembro 2018	08
Tabela VII: Aplicação recursos do FUNDEB – acumulado até dezembro 2018	08
Tabela VIII: Gastos com a Saúde – acumulados até dezembro 2018	09
Tabela IX: Dos restos a pagar em 31.12.2018, referente a 2017	09
Tabela X: Demonstrativo resumido da Receita Corrente Líquida em 31.12.2018	10
Tabela XI: Demonstrativo Resumido da Despesa com Pessoal	10
Tabela XII: Demonstrativo da Receita, Despesa e Saldo Financeiro	11
Tabela XIII: Disponibilidade Financeira em 31.12.2018	11
Tabela XIV: Demonstrativo dos Restos a Pagar – Processados em 31.12.2018	11
Tabela XV: Acompanhamento do Repasse de Recurso para o Poder Legislativo Municipal	12
Conclusão:	13
Considerações Finais:	13/14

RELATÓRIO DO DESEMPENHO DA PREFEITURA DA CIDADE DE CONQUISTA FRENTE À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.

3º QUADRIMESTRE DE 2018

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

1 – RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA PREFEITURA DA CIDADE DE CONQUISTA FRENTE À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - 3º QUADRIMESTRE 2018 (quadros comparativos 2017/2018)

O presente relatório foi preparado com vistas ao cumprimento do §4º. do art. 9º. da lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais quadrimestrais, em Audiência Pública, até final dos meses de maio, setembro e fevereiro, na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e **municipais**.

Este documento tem por objetivo abordar, de forma resumida, alguns aspectos considerados mais relevantes da Execução Orçamentária e Financeira da Prefeitura da cidade de Conquista no **3º quadrimestre de 2018** (setembro a dezembro), bem como análise do orçamento comparando 2017 e 2018.

1 - QUADRO I - COMPARATIVO DAS METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO

Artigo 13 da Lei Complementar 101/2000

Em R\$

BIMESTRE	META DE ARRECADAÇÃO	RECEITA ARRECADADA	DIFERENÇA
1º.	4.274.166,66	4.397.273,82	123.107,16
2º	4.274.166,66	3.991.282,70	-282.883,96
3º.	4.274.166,66	5.034.187,76	760.021,10
4º.	4.274.166,66	4.361.653,32	87.486,66
5º.	4.274.166,66	3.732.052,00	-542.114,66
6º.	4.274.166,70	3.996.439,28	-277.727,42
TOTAL	25.645.000,00	25.512.888,88	-132.111,12

1.1- Execução Orçamentária

A execução orçamentária apresentada pela **Tabela I** foi apurada considerando os ingressos de natureza orçamentária, receitas executadas e das despesas liquidadas em valores acumulados no **TERCEIRO Quadrimestre do exercício 2018**. Com o objetivo de permitir a comparabilidade, evidenciamos também à execução do mesmo período de 2017.

Tabela I - Execução Orçamentária – Setembro a Dezembro - 2017 e 2018

Em R\$

Receitas	Setembro a Dezembro 2017			Setembro a Dezembro 2018		
	Previsão Anual (A)	Execução Quadrimestral (B)	(B/A)*100 %	Previsão Anual (A)	Execução Quadrimestral (B)	(B/A)*100 %
Receitas Correntes	22.900.000,00	8.960.640,04	39,12%	24.745.000,00	7.605.566,28	30,74%
Receitas de Capital	1.100.000,00	23.940,00	2,18%	900.000,00	122.925,00	13,66%
Total Receita	24.000.000,00	8.984.580,04	37,44%	25.645.000,00	7.728.491,28	30,14%

Em R\$

Despesas	Setembro a Dezembro 2017			Setembro a Dezembro 2018		
	Fixação (A)	Execução Quadrimestral (B)	(B/A)*100 %	Fixação (A)	Execução Quadrimestral (B)	(B/A)*100 %
Despesas Correntes	20.661.000,00	8.855.998,24	42,86%	21.727.000,00	9.708.004,95	44,69%
Despesa de Capital	3.299.000,00	850.939,82	25,79%	3.878.000,00	245.612,34	6,34%
Reserva Contingência	40.000,00	0,00		40.000,00	0,00	
Total Despesa	24.000.000,00	9.706.938,06	40,45%	25.645.000,00	9.953.617,29	38,82%
Resultado		-722.358,02			-2.225.126,01	

A arrecadação do Terceiro Quadrimestre de 2018 alcançou **30,14%** da receita inicialmente prevista para o ano. Já a execução da despesa no mesmo período alcançou um índice de **38,82%** da despesa inicialmente fixada.

Tabela II - Execução Orçamentária – Janeiro a Dezembro - 2017 e 2018

Receitas	Janeiro a Dezembro 2017			Janeiro a Dezembro 2018		
	Previsão Anual (A)	Execução Anual (B)	(B/A)*100 %	Previsão Anual (A)	Execução Anual (B)	(B/A)*100 %
Receitas Correntes	22.900.000,00	25.598.405,38	111,78%	24.745.000,00	25.119.113,88	101,51%
Receitas de Capital	1.100.000,00	201.940,00	18,36%	900.000,00	393.775,00	41,54%
Total Receita	24.000.000,00	25.800.345,38	107,50%	25.645.000,00	25.512.888,88	99,49%

Despesas	Janeiro a Dezembro 2017			Janeiro a Dezembro 2018		
	Fixação (A)	Execução Anual (B)	(B/A)*100 %	Fixação (A)	Execução Anual (B)	(B/A)*100 %
Despesas Correntes	20.661.000,00	21.926.771,50	106,13%	21.727.000,00	25.324.665,04	116,56%
Despesa de Capital	3.299.000,00	1.135.096,32	34,41%	3.878.000,00	1.329.228,70	34,28%
Reserva Contingência	40.000,00	0,00		40.000,00	0,00	
Total Despesa	24.000.000,00	23.061.867,82	96,09%	25.645.000,00	26.653.893,74	103,94%
Resultado		+2.738.477,56			-1.141.004,86	

A arrecadação do Exercício 2018 alcançou **99,49%** da receita inicialmente prevista para o ano. Já a execução da despesa no mesmo período alcançou um índice de **103,94%** da despesa inicialmente fixada.

Tabela III

1.2 Índice de Execução da Receita de Setembro a Dezembro 2018 e composição da receita arrecadada e acumulada.

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	RECEITA 3º. QUADRIMESTRE DE 2018 (ACUMULADA) Setembro a Dezembro			Receita
	Execução	% por origem	% por receita	Acumulada no Ano
RECEITA TRIBUTÁRIA				
IPTU	91.951,65	14,05%		700.496,75
IRRF	143.061,79	21,86%		231.043,24
IRRF S/ OUTROS RENDIMENTOS	9.105,10	1,39%		158.266,12
ITBI	141.928,91	21,68%		443.640,27
ISSQN	242.285,89	37,02%		585.838,67
TAXAS	26.177,25	4,00%		238.168,33
TOTAL RECEITA TRIBUTÁRIA	654.510,59	100,00%	8,47%	2.357.453,38
RECEITA PATRIMONIAL				
ALUGUÊIS	2.284,68	2,66%		6.805,05
RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	83.722,17	97,34%		326.946,39
TOTAL DA RECEITA PATRIMONIAL	86.006,85	100,00%	1,11%	333.751,44
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				
COTA PARTE - FPM	2.910.304,30	42,68%		8.819.785,35
COTA PARTE - I T R	373.571,34	5,48%		417.794,25
TRANSF. REC. SUS BLOCO ATENÇÃO BÁSICA	301.354,94	4,42%		1.072.629,58
TRANSF.REC. SUS BLOCO VIGILANCIA EM SAÚDE	37.296,00	0,55%		93.561,60
OUTROS PROGR. FINANC. TRANS. FUNDO A FUNDO	59.421,42	0,87%		248.617,98
TRANSFERENCIAS REC. F N A S	5.720,00	0,08%		100.415,36
SALÁRIO EDUCAÇÃO - QESE	64.921,68	0,95%		183.098,12
TRANSFERÊNCIA FNDE/PDDE	300,00	0,00%		600,00
TRANSFERÊNCIA FNDE/PNAE	25.502,40	0,37%		63.756,00
TRANSFERÊNCIA FNDE/PNATE	7.315,87	0,11%		17.441,00
OUTRAS TRANSF. DO FNDE	0,00	0,00%		52.028,04
ICMS - DESONERAÇÃO LC 87/96	21.384,44	0,31%		64.153,32
OUTRAS TRANSF. DA UNIÃO - FUNDO ESPECIAL	53.960,40	0,79%		134.869,02
COTA PARTE ICMS	3.481.670,84	51,06%		12.398.986,16
COTA PARTE IPVA	46.571,19	0,68%		770.207,63
COTA PARTE IPI	69.005,74	1,01%		196.504,88
COTA PARTE CIDE	2.409,00	0,04%		17.476,45
COTA PARTE COMPENSAÇÃO FINANC. CFRH	256.485,65	3,76%		482.685,75
COTA PARTE COMPENSAÇÃO FINANC. CFEM	9.246,33	0,14%		25.281,01
TRANSF. FUNDO ESTADUAL ASSIST. SOCIAL (FEAS)	0,00	0,00%		2.000,00
FUNDEB	380.580,36	5,58%		1.491.819,59
TRANSF. CONV. ESTADO PROGR. EDUCAÇÃO	20.160,00	0,30%		54.540,00
REDUTORA DO FUNDEB	-1.308.350,51	-19,19%		-4.391.261,10
TOTAL TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.818.831,39	100,00%	88,23%	22.316.989,99
OUTRAS RECEITAS CORRENTES				
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUD.	365,00	0,79%		365,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTO	18.728,35	40,52%		34.803,04
OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	27.124,10	58,69%		75.751,03
TOTAL OUTRAS RECEITAS CORRENTES	46.217,45	100,00%	0,60%	110.919,07
TOTAL GERAL DAS RECEITAS CORRENTES	7.605.566,28		98,41%	25.119.113,88
RECEITA DE CAPITAL				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNA	0,00	0,00%		0,00
ALIENAÇÃO DE BENS - MÓVEIS	0,00	0,00%		0,00
ALIENAÇÃO DE BENS - IMÓVEIS	0,00	0,00%		0,00
TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO				
TRANSF.RECURSO SUS EQUIP. ODONTOLÓGICO	0,00	0,00%		25.000,00
TRANSF. CONVÊNIOS				
TRANSF. CONVÊNIOS COM A UNIÃO				
CONVÊNIO RECAP. ASFÁLTICO CR 1023282-93		0,00%		122.925,00
CONVÊNIO RECAP. ASFÁLTICO CR 1029764-87	122.925,00	100,00%		245.850,00
TRANSF. CONVÊNIOS COM O ESTADO				
TOTAL RECEITA DE CAPITAL	122.925,00	100,00%	1,59%	393.775,00

As receitas do Município são representadas pelas receitas tributárias (impostos e taxas municipais), que correspondem a **8,47%** do total das receitas arrecadadas, sendo que destas se destacaram neste quadrimestre com maior índice de pontos percentuais o IRRF, ITBI e ISSQN, as receitas patrimoniais que neste período representam **1,11%** do total arrecadado; as transferências correntes que juntas representam **88,23%** do total arrecadado, sendo que destas se destacam com maior índice o FPM e ICMS; as outras receitas correntes que totalizaram **0,60%** do total arrecadado e a receita de capital que neste TERCEIRO quadrimestre representaram **1,59%** do total arrecadado.

1.3- Índices de Execução da Despesa

Tabela IV – Despesas por Função de Governo – 3º. Quadrimestre 2018 e valor acumulado até este período.

FUNÇÃO	3º. Quadrimestre Setembro da Dezembro 2018	% Quadrimestre	Execução Acumulada no Ano 2018
Legislativa	554.204,21	5,57%	1.424.572,38
Judiciária	172.650,94	1,73%	587.070,35
Administração	3.025.851,12	30,40%	7.900.201,22
Assistência Social	251.281,74	2,52%	535.458,10
Saúde	2.635.794,81	26,48%	7.665.403,73
Educação	1.946.085,93	19,55%	4.902.044,41
Cultura	275.171,95	2,76%	457.357,01
Urbanismo	914.902,33	9,19%	2.614.123,72
Gestão Ambiental	1.968,28	0,02%	18.646,77
Agricultura	114.697,51	1,15%	347.782,43
Comércio e Serviços	1.947,94	0,02%	6.529,64
Transporte	40.734,05	0,41%	123.481,18
Desporto e Lazer	18.326,48	0,18%	71.222,80
TOTAL GERAL	9.953.617,29	100,00%	26.653.893,74

Ao analisarmos os gastos por funções de governo, podemos observar a aplicação na manutenção dos gastos públicos nas áreas acima demonstradas. As funções que o governo aplicou mais recursos em relação ao total executado foram Administrativa (30,40%), Saúde (26,48%), Educação (19,55%).

Tabela V – Demonstrativo da Execução da Despesa por Elemento e Categoria Econômica no 3º. Quadrimestre de 2018.

DESCRIÇÃO DA DESPESA	ATUALIZADA P/ 2018	EXECUTADA - Setembro a Dezembro 2018	% por Elemento da Despesa	% p/ Categ. Econômica	% em relação a Despesa atualizada	EXECUTADA ACUMULADA NO ANO 2018
DEPESAS CORRENTES						
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.109.219,72	5.602.411,05	57,71%		37,08%	14.616.842,55
Aposentadorias e reformas	30.000,00	9.540,00	0,10%		31,80%	24.804,00
Pensões	46.700,00	15.136,97	0,16%		32,41%	43.723,29
Contrato p/ tempo determinado	1.469.185,07	570.570,97	5,88%		38,84%	1.378.084,38
Outros Benefícios Previdenciários do Serv.	5.000,00	0,00	0,00%		0,00%	0,00
Vencimentos e Vantag. Pessoal civil	10.538.184,36	3.797.774,26	39,12%		36,04%	10.286.947,19
Obrigações patronais	2.638.095,00	968.690,46	9,98%		36,72%	2.556.093,13
Outras Despesas Variáveis Pessoal Civil	20.000,00	0,00	0,00%		0,00%	0,00
indenizações e restituições trabalhistas	362.055,29	240.698,39	2,48%		66,48%	327.190,56
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.383.005,12	4.105.593,90	42,29%		33,16%	10.707.822,49
Juros sobre a Dívida por Contrato	21.000,00	0,00	0,00%		0,00%	0,00
Contribuições	579.194,00	229.065,27	2,36%		39,55%	547.525,06
Subvenções Sociais	200.240,00	85.158,45	0,88%		42,53%	183.571,00
Contratação por Tempo Determinado	5.000,00	0,00	0,00%		0,00%	0,00
Diária Pessoal Civil	136.560,00	18.750,00	0,19%		13,73%	84.575,00
Auxílio Financeiro ao Estudante	475.160,00	168.290,82	1,73%		35,42%	474.909,82
Material de Consumo	2.496.790,00	735.324,75	7,57%		29,45%	1.991.250,66
Passagem e Despesas com locomoção	43.980,00	2.081,98	0,02%		4,73%	7.141,32
Serviço de Consultoria	75.000,00	32.408,12	0,33%		43,21%	64.528,70
Outros Serv.Terceiros de Pessoa Física	1.082.475,00	385.049,64	3,97%		35,57%	932.499,61
Outros serv.Terceiros de Pessoa Jurídica	5.718.190,00	1.990.857,91	20,51%		34,82%	5.018.769,61
Auxílio Alimentação	1.024.600,00	366.529,50	3,78%		35,77%	975.012,02
Obrigações Tributárias e Contributivas	246.000,00	77.020,76	0,79%		31,31%	219.676,31
Outros Aux. Financ. a Pessoas Físicas	56.410,00	11.501,64	0,12%		20,39%	21.758,52
Sentenças Judiciais	1.000,00	0,00	0,00%		0,00%	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	105.700,00	0,00	0,00%		0,00%	97.879,44
Indenizações e Restituições	115.706,12	3.555,06	0,04%		3,07%	88.725,42
TOTAL DESPESAS CORRENTES	27.492.224,84	9.708.004,95	100,00%	97,53%	35,31%	25.324.665,04
DESPESAS DE CAPITAL						
Obras e Instalações	756.156,00	113.435,93	46,18%		15,00%	211.748,71
Equip. e Material Permanente	530.180,00	37.783,67	15,38%		7,13%	488.439,36
Aquisição de Imóveis	265.300,00	0,00	0,00%		0,00%	257.000,00
Principal da Dívida Contratual Resgatado	226.000,00	42.905,80	17,47%		18,98%	114.605,93
Sentenças Judiciais (precatórios)	258.000,00	51.486,94	20,96%		19,96%	257.434,70
TOTAL DESPESA DE CAPITAL	2.035.636,00	245.612,34	100,00%	2,47%	12,07%	1.329.228,70
Reserva de Contingência	0,00	0,00				0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	29.527.860,84	9.953.617,29		100,00%	33,71%	26.653.893,74

A tabela V acima mostra a variação em percentuais da despesa executada no Terceiro Quadrimestre de 2018, com ênfase nas principais aplicações em relação ao total executado, bem como o índice realizado em relação ao orçamento atualizado.

1.4 - Aplicações Constitucionais no setor de Educação.

Tabela VI - EDUCAÇÃO

Artigo 212 da CR/88 c/c com a EC 53/2006.

Lei 9.394/96

IN TCE/MG 013/2008 – IN 01/10 – IN 09/11 – IN 05/2012

Acumulado até Dezembro	Receita Base cálculo	Valor mínimo a aplicar 25%	Valor aplicado	% Percentual
2018	24.786.716,64	6.196.679,16	7.378.918,27	29,77%

Conforme podem ser observados os gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino até o mês de Dezembro/2018 foram de **29,77%** (por cento) da receita arrecadada dos impostos e transferências constitucionais.

Até o 3º. Quadrimestre 2018 de cada R\$ 100,00 oriundos de arrecadação de impostos e transferências constitucionais **R\$ 29,77** foram aplicados na manutenção das ações de ensino.

1.5 – Aplicação dos Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – (CF, ADCT, Art. 60, Incisos I, IV e XII) c/c Emenda Constitucional 53/2006.

Lei 11.494/07

IN TCE/MG 009/2011 – 005/2012

Tabela VII – FUNDEB

Saldo disponível em 31/12/2017	R\$ 20.393,07
TÍTULOS	VALOR acumulado até Dezembro 2018
RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (incluídas aplicações) (A)	R\$ 1.494.737,52
DESPESAS PAGAS NO EXERCÍCIO (B)	R\$ 1.492.138,82
DESPESAS PAGAS NO EXERCÍCIO COM A REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO (C)	R\$ 1.275.074,00
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31/12/2018	R\$ 22.991,77
PERCENTUAL APLICADO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO 60%(C/A)	84,16%

Conforme pode ser observado, os gastos com a remuneração dos profissionais do magistério com recursos do FUNDEB atingiram o limite de **84,16%** (por cento) da receita arrecadada, sendo que de acordo com a Lei 11.494/07 devem ser aplicados no mínimo 60% durante o exercício com estes profissionais. **Frisa-se que este percentual do FUNDEB somente pode ser aplicado aos profissionais em efetivo exercício de suas atividades na rede pública municipal.**

**1.6 - Tabela VIII – SAÚDE – Artigo 198, parágrafo 2º., Inciso III da CR/88 c/c EC 29/2000.
Leis Federais 8.080/90, 8.142/90 e 141/2012.
IN TCE/MG 008/2011 e IN 005/2012**

Evidenciamos abaixo quadro de aplicação dos recursos nas ações e serviços Públicos de Saúde.

TÍTULOS	VALOR acumulado até Dezembro 2018
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (A)	24.075.241,48
GASTOS NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - RECURSOS PRÓPRIOS (B)	6.275.456,78
VALOR MÍNIMO A APLICAR (C)	3.611.286,22
PERCENTUAL APLICADO NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICO DE SAÚDE (B/A)	26,07%

Até o 3º quadrimestre de 2018, o município aplicou nas ações e serviços públicos de saúde **26,07 %** (por cento) das receitas de impostos e transferências constitucionais.

De cada R\$ 100,00 oriundos da arrecadação de impostos e transferências **R\$ 26,07** foram gastos com a manutenção das ações dos serviços públicos de saúde.

1.7 - DOS RESTOS A PAGAR

Tabela IX – Restos a pagar processados referentes ao Exercício 2017

RESTO A PAGAR DE 2017 (empenhos liquidados)	PAGO em 2018 referente a 2017	VALOR A PAGAR DE 2017
79.908,07	72.708,07	7.200,00

A Prefeitura em 31 de Dezembro de 2017 teve um resto a pagar de empenhos processados no valor de R\$ 79.908,07, os quais foram pagos até 31 de agosto o montante de R\$ 72.708,07. O Saldo a pagar de R\$ 7.200,00 refere-se ao pagamento de servidores a serviço da Farmácia de Minas, pois o governo do Estado não repassou o recurso até a presente data. Conforme disposto no **artigo 42 da lei 101/2000**, é vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

1.8 – Controle de Gastos com Pessoal

Tabela X

Demonstrativo Resumido da Receita Corrente Líquida, (mês de referência DEZEMBRO de 2018).

Artigo 2º., parágrafo 3º. da Lei 101/2000.

Em R\$ Mil

ESPECIFICAÇÕES	Mês de referência DEZEMBRO/2018	%
Receita Tributária	2.357.453,38	9,39%
Receita Patrimonial	333.751,44	1,33%
Transferências Correntes	26.708.251,09	106,33%
Outras Receitas Correntes	110.919,07	0,44%
(-) Dedução Receita pra formação FUNDEB	-4.391.261,10	-17,48%
Receita Corrente Líquida	25.119.113,88	100,00%

Tabela XI – Demonstrativo Resumido da Despesa com Pessoal - Executivo.

Artigo 18, parágrafo 2º. da Lei 101/2000.

Em R\$ Mil

DISCRIMINAÇÃO	MÊS DE REFERENCIA	VALOR ACUMULADO (NO MÊS E NOS ONZE MESES ANTERIORES AO EXERCÍCIO CORRENTE)
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (A)	DEZEMBRO 2018	25.119.113,88
GASTOS COM PESSOAL ATIVO DA PREFEITURA (B)		13.176.369,37
PERCENTUAL APLICADO PELA PREFEITURA (B/A)		52,46%

A tabela XI acima demonstra que a despesa com pessoal no período em referência consumiu **52,46%** da receita corrente líquida arrecadada, abaixo do limite legal máximo (**54%**), conforme Artigo 19 c/c com o Artigo 20 da lei LRF 101/2000.

NOTA: Em observância ao disposto no Inciso III, Artigo 59 da Lei 101/2000, verificamos que neste TERCEIRO quadrimestre o dispêndio com pessoal se encontra com percentual **ACIMA** dos 95% (limite prudencial), do limite legal máximo 54% previsto na alínea b, inciso III, art. 20 da Lei 101/2000.

Alerta da Controladoria: Com fulcro no inciso III, Art. 59 da lei 101/2000, verificamos que neste 3º. Quadrimestre/2018 a despesa com pessoal excedeu 95% (51,30% Limite Prudencial) do limite máximo para o Poder Executivo (54% art.20, III, b), **portanto orientamos que sejam observadas as vedações dispostas no parágrafo único do artigo 22 c/c 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal.**

1.9 – Demonstrativos das Receitas, Despesas e Saldo Financeiro no TERCEIRO Quadrimestre e acumulado no exercício 2018.

Tabela XII DEMONSTRATIVO DA RECEITA REALIZADA, DESPESA PAGA e SALDO FINANCEIRO – Consolidado:

EXERCÍCIO 2018	RECEITAS REALIZADA		TOTAL	DESPESAS EXECUTADA PAGA		TOTAL	Diferença	SALDO BANCÁRIO	ENTRADAS Total 2018	RETIRADAS Total 2018	SALDO DISPONÍVEL EM 31.12.2018
	ORÇAMENTÁRIA	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	RECEITAS	ORÇAMENTÁRIAS	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DESPESAS		EM 31.08.2018			
3º. Quad.	7.728.491,28	1.582.188,68	9.310.679,96	10.515.693,94	1.874.164,74	12.389.858,68	-3.079.178,72	8.322.845,51	19.967.442,90	23.046.621,62	5.243.666,79
Acumul.	25.512.888,88	3.928.232,24	29.441.121,12	26.653.243,34	4.337.665,07	30.990.908,41	-1.549.787,29	31.12.2017 6.793.454,08	57.723.626,45	59.273.413,74	5.243.666,79

Tabela XIII - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31.12.2018

CONTA	VALOR R\$
Banco contas movimento - Prefeitura	2.858.190,55
Banco contas vinculadas - Prefeitura	2.385.476,24
Saldo disponível em 31.12.2018	5.243.666,79

Tabela XIV - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR EM 31.12.2018

RESTOS A PAGAR	VALOR R\$
Restos a pagar PROCESSADOS - PREFEITURA	650,40
Total restos a pagar em 31.12.2018	650,40

1.10 - ANÁLISE DA OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO INCISO I, ART. 29-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, REFERENTE AO REPASSE ANUAL DE RECURSOS AO PODER LEGISLATIVO.

Tabela XV – ACOMPANHAMENTO DO REPASSE DE RECURSOS PARA A CÂMARA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
RECEITA DA CÂMARA – PARA O EXERCÍCIO 2018	1.784.883,35
ARRECADAÇÃO DO MUNICÍPIO (EXERCÍCIO ANTERIOR)	25.498.333,60
% REPASSE	7%

Receita Tributária + Transferências

Os repasses que foram efetuados ao Poder Legislativo durante o exercício 2018, corresponderam a 7% da Arrecadação do Município no exercício anterior, em conformidade com o disposto na Emenda Constitucional 58/2009. A estimativa mensal de repasse é de R\$ 148.740,28. Até o dia 20 do mês de Dezembro foram repassados o montante total de **R\$ 1.719.382,12**, observando assim o disposto no inciso II, parágrafo 2º. do artigo 29-A da Carta Magna, conforme Nota Explicativa abaixo.

Nota explicativa: No repasse do mês de janeiro houve o desconto de **R\$ 65.501,23** em atendimento do ofício 03/2018 enviando pela Câmara Municipal e em observância às determinações impostas pelo §3, artigo 3º. da Instrução Normativa 008/2003 TCE-MG. Portanto o repasse do dia 19/01/2018 foi no montante de **R\$ 83.239,05**, já que o saldo financeiro que permaneceu em poder da Câmara em 31/12/2017, foi no montante de **R\$ 65.501,23**. Nota-se que o montante repassado até dezembro 2018 **R\$ 1.719.382,12** mais (+) a diferença do saldo de **R\$ 65.501,23** perfizeram o valor total de **R\$ 1.784.883,35**. Destarte observa-se assim o cumprimento do disposto no inciso II, parágrafo 2º. do artigo 29-A da Carta Magna.

CONCLUSÃO

Acompanhamos os trabalhos dos setores internos da Prefeitura Municipal de Conquista Estado de Minas Gerais no Terceiro Quadrimestre do exercício de 2018, elaboramos o nosso relatório quadrimestral dando maior ênfase a aspectos e informações contidas nas demonstrações orçamentárias e contábeis, porém, destacamos que: a responsabilidade pelo sistema de controle cabe a administração, nos termos da Constituição da República, Arts. 31 e 74; destacamos que o Controle Interno não é uma pessoa, e sim um sistema em que todos são responsáveis, cada um dentro das suas especificações e atribuições; a responsabilidade no controle de cada Setor segue hierarquicamente cada responsável ou chefia e ao pessoal de cada departamento que exerce cargo ou função de direção, nos termos do que dispõe a Constituição da República, art. 74, § 1º; a responsabilidade do Sistema de Controle Interno reside na coordenação técnica dos setores e no apoio dos servidores encarregados de cada setor, no que se refere à observância dos princípios de Controle Interno, tendo por objetivo possuir ações preventivas antes que ações ilícitas, incorretas ou impróprias possam atentar contra os princípios da Constituição da República Federativa do Brasil, principalmente o artigo 37, seus incisos e parágrafos. A função da Controladoria é acompanhar a execução dos atos e apontar, em caráter **sugestivo, preventivo ou corretivamente**, as ações a serem desempenhadas, zelando pela boa governança e pela redução dos riscos.

Considerações Finais

O Sistema de Controle Interno de Conquista foi criado pela Lei Municipal 1022/2011, e sua atuação independente vêm contribuindo para que o Município alcance os mandamentos Constitucionais fixados no *caput* do seu artigo 37: moralidade, impessoalidade, legalidade, publicidade e eficiência.

Com a apresentação deste relatório e das demonstrações contábeis relativas ao período em análise (setembro a dezembro) 2018, a Controladoria Geral do Município cumpre uma das suas tarefas, qual seja o acompanhamento da apresentação da Prestação de Contas de responsabilidade do Poder Executivo da cidade de Conquista – Minas Gerais.

Com estas breves considerações a Controladoria Geral do Município de Conquista Estado de Minas Gerais, espera contribuir para a leitura dos demonstrativos que compõe as Prestações de Contas da Gestão Municipal, oferecendo maior transparência às finanças municipais, e cumpre a legislação vigente Artigo 180 da Lei Orgânica Municipal e no § 4º. Artigo 9º. da LRF 101/2000, bem como para avaliação por parte do Poder Legislativo e, principalmente, do cidadão.

Por fim, ressalta-se que a Audiência Pública de metas fiscais é mecanismo legal decorrente do princípio da publicidade, visando sem dúvidas a trazer ao conhecimento da sociedade a forma como o Poder Executivo está gerindo o dinheiro público.

É instrumento que atende, especialmente, aos princípios do estado democrático de direito.

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

Art. 73. A sociedade tem direito a governo honesto, obediente à lei e eficaz.

Data base das informações: **31.12.2018**

Ângelo TizoRoncolato Junior
Controle Interno

Conquista, 25 de fevereiro 2019.

Angela Cristina Aleixo
Contabilidade

Karine Catani
Contabilidade

Paulo Assunção Valentino Filho
Coord. Tesouraria

Simone Aparecida Pereira de Castro
Secretaria Municipal de Fazenda

Tarcízio Henrique Zago
Prefeito Municipal

"A coisa mais indispensável a um homem é reconhecer o uso que deve fazer do seu próprio conhecimento."